



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PROTOCOLO		INDICAÇÃO	Nº 291/22
	AUTOR: DEPUTADO ALAN QUEIROZ - PSDB		
<p><b>Indica ao Governo do Estado de Rondônia através do Casa Civil – interceda junto aos órgãos competentes, a necessidade de se construir uma torre para transmissão de sinais telefônicos que atenda as comunidades de Cujubim, Cujubim Grande, Bom Jardim e demais comunidades localizadas no Baixo Madeira.</b></p> <p>O Deputado que a presente subscreve, na forma do art. 146, VII, cumulado com artigo 188 do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa de Rondônia, <b>indica</b> ao Governo do Estado de Rondônia, através da Casa Civil, interceda junto aos órgãos competentes informando a necessidade de se construir uma torre de transmissão de sinais telefônicos que atenda as comunidades de Cujubim, Cujubim Grande, Bom Jardim, e mais comunidades localizadas no Baixo Madeira.</p> <p>Plenário das Deliberações, 24 de fevereiro de 2022.</p> <p><b>Deputado ALAN QUEIROZ</b> PSDB</p>			



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PROTOCOLO		INDICAÇÃO	Nº
	AUTOR: DEPUTADO ALAN QUEIROZ - PSDB		
<p style="text-align: center;"><b>JUSTIFICATIVA</b></p> <p>Nobres Pares,</p> <p>A presente indicação tem por finalidade solicitar do Poder Executivo a intervenção junto aos órgãos competentes para atender a demanda das comunidades do Baixo Madeira sobre a instalação de torre de transmissão e melhorias no sinal onde já existe.</p> <p>Sabe-se da importância dos meios de comunicação nos dias atuais, principalmente em comunidades mais isoladas o telefone é um grande instrumento de comunicação, sendo uma ferramenta vital para se encurtar distancias, reduzir tempo e custo para solucionar problemas ou situações, além de que, o Poder Público tem o dever de garantir à toda a população o acesso às telecomunicações, como se pode inferir do teor da Lei 9.472/1997 que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995, <i>in verbis</i>:</p> <p style="text-align: center;"><i>Art. 2º O Poder Público tem o dever de:</i></p> <p style="text-align: center;"><i>I - garantir, a toda a população, o acesso às telecomunicações, a tarifas e preços razoáveis, em condições adequadas;</i></p> <p style="text-align: center;"><i>II - estimular a expansão do uso de redes e serviços de telecomunicações pelos serviços de interesse público em benefício da população brasileira;</i></p> <p style="text-align: center;"><i>III - adotar medidas que promovam a competição e a diversidade dos serviços, incrementem sua oferta e propiciem padrões de qualidade compatíveis com a exigência dos usuários;</i></p> <p>Diante da relevância do pleito, conto com a aprovação dos demais Parlamentares desta Casa de Leis, e com apoio do Governo do Estado para vê-lo atendido.</p>			